

---

**SEMINÁRIO “O BRASIL E A ALCA”**

**23/10/01**

**Terceiro Painel do Evento**

**Acesso a mercados, tarifas, barreiras e regras de origem**

| <b>PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO</b> |
|-----------------------------------|
|-----------------------------------|

|  |
|--|
| <p><b>DEPUTADO AÉCIO NEVES</b> - Presidente da Câmara dos Deputados;<br/><b>SENADOR RAMEZ TEBET</b> – Presidente do Senado Federal;<br/><b>RAUL ALFONSÍN</b> – Ex-Presidente da Argentina;<br/><b>MINISTRO CELSO LAFER</b> – Presidente do Painel “O Brasil e sua Inserção no Mundo: MERCOSUL, Alca, UE e OMC;<br/><b>DR. CLEMENS BOONEKAMP</b> – OMC;<br/><b>DR. WILLIAN COHEN</b> - Ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos;<br/><b>MINISTRO JOSÉ SERRA</b> – Ministro da Saúde;<br/><b>DEPUTADO MARCOS CINTRA</b> – Deputado Federal;<br/><b>DR. FELIX PEÑA</b> – Representante da Fundação do Banco de Boston na Argentina;<br/><b>MINISTRO PEDRO MALAN</b> – Ministro da Fazenda;<br/><b>DR. GILBERTO DUPAS</b> – Professor do Instituto Nacional de Estudos Avançados da USP;<br/><b>DR. JEFFREY SCHOTT</b> – Representante do Instituto Internacional Econômico — IIE, Washington, Estados Unidos;<br/><b>DR. FERNANDO DE MATEO</b> – Coordenador-Geral de Negociações do México com a América Latina, ALCA e Europa;<br/><b>DEPUTADO ANTONIO KANDIR</b> – Deputado Federal;<br/><b>EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES</b> – Embaixador;<br/><b>PAULO SOTERO MARQUES</b> – Jornalista do Grupo O Estado de S.Paulo;<br/><b>MINISTRO SÉRGIO SILVA DO AMARAL</b> – Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;<br/><b>DENISE GREGORY</b> – Assessora da CAMEX — Câmara de Comércio Exterior;<br/><b>SANDRA POLÔNIA RIOS</b> – Coordenadora da Unidade de Integração Internacional — CNI;<br/><b>DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE</b> – Deputado Federal;<br/><b>LIA VALLS PEREIRA</b> – Economista;<br/><b>MINISTRO MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAES</b> – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;<br/><b>CARLOS NAYRO DE AZEVEDO COELHO</b> – Coordenador-Geral da Secretaria de Política Agrícola;<br/><b>LUIZ FERNANDO FURLAN</b> – Presidente do Conselho de Administração da Sadia;<br/><b>WALDEMAR CARNEIRO LEÃO</b> – Embaixador;<br/><b>MARCOS SAWAYA JANK</b> – Pesquisador do BID.</p> |
|--|

## Terceiro Painel do Evento

### Acesso a mercados, tarifas, barreiras e regras de origem

- O cerimonial registra a presença do Embaixador Sérgio Silva do Amaral, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que preside a Mesa. Na condição de expositora, a Dra. Denise Gregory e a Dra. Sandra Polonia Rios. Na condição de debatedores, o Exmo. Sr. Deputado Aloizio Mercadante e a Dra. Lia Valls Pereira. O Relator é o Dr. Stefan Bogdan Salej. Passo a palavra ao Sr. Ministro Sérgio Silva do Amaral.

**O SR. COORDENADOR** (Ministro Sérgio Silva do Amaral) - Boa tarde.

Declaro abertos os trabalhos desta 3ª sessão cujo tema é “Acesso a Mercados, Tarifas, Barreiras e Regras de Origem”. Esta sessão tratará também das reformas necessárias no plano doméstico, incremento das exportações brasileiras, barreiras não-tarifárias utilizadas pelos países industrializados contra a entrada de nossos produtos, competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional e utilização das regras de origem como barreira não-tarifária.

Iniciarei os trabalhos fazendo alguns comentários.

Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, por essa iniciativa extremamente oportuna, uma vez que estamos próximos de um novo período de negociações comerciais no âmbito da OMC e, a poucos dias, espero, da apresentação, por parte do MERCOSUL, da proposta negociadora à União Européia, exatamente no momento em que possivelmente as negociações com a ALCA retomam ritmo mais intenso.

Esse grupo que tenho a honra de presidir, a meu ver, é um dos mais relevantes do seminário. Não iremos discutir princípios, teorias de negociações comerciais, mas uma questão muito simples e relevante, a saber: como se exerce o protecionismo que, muitas vezes, é feito por meio de pequenos detalhes. Já disseram, muitas vezes, e isso vale para a área do comércio, que o diabo está nos detalhes. Logo, precisamos conhecê-los para poder removê-los. Mais do que isso, precisamos conhecer os fatos para avaliarmos os processos negociadores, os ganhos e as perdas para o País. Isso porque, muitas vezes, discute-se comércio e negociações comerciais com pouco conhecimento sobre os fatos, ou não se leva em conta as questões específicas. Isso nos leva, muitas vezes, a uma visão ingênua de que o livre comércio é sempre bom e basta baixarem as tarifas para que os mercados funcionem. De outro lado temos uma visão simplista de que não podemos sentar à mesa de negociação, porque perderemos. E, assim, o que perdermos é a oportunidade de luta, a ampliação do espaço e mercado para os nossos produtos.

Não vou me referir à política de exportação, a cargo do meu Ministério, pois nos últimos tempos tem-se falado muito sobre isso. Gostaria de introduzir apenas o debate sobre as próximas negociações comerciais.

O primeiro comentário diz respeito ao fato de que o Brasil, nos últimos anos, fez avanços consideráveis. A estabilidade da economia trouxe previsibilidade e as reformas estruturais abriram espaço para investimentos substanciais na nossa economia que, nos últimos três anos, somaram 94 bilhões de dólares. O Brasil recebeu, por ano, mais do que duas vezes o que recebeu todo o continente africano, que recebeu apenas 1%.

A abertura da economia aumentou a nossa competitividade e proporcionou aos brasileiros acesso a produtos importados que antes eram privilégio de uma pequena minoria que podia viajar ao exterior, ou que tinha poder aquisitivo mais elevado.

Finalmente, vivemos, nos últimos anos, em decorrência dessas transformações, substancial aumento da produtividade, o que melhorou a nossa competitividade. Na verdade, o Brasil tornou-se um país altamente competitivo.

Nos últimos oito anos, a produtividade média aumentou 6,6% ao ano. No período de oito anos, a nossa produtividade aumentou 67%, o que é um número expressivo para qualquer país. Isso nos qualifica para o que chamo, assim como muitos, de Guerra do Século XXI. Esta guerra não é uma conquista por territórios nem a disputa por influência ideológica, mas por um bem mais precioso do que tudo isso: a geração de empregos e a segurança de melhores salários para os trabalhadores. É isso o que o comércio significa hoje, acima de qualquer outro valor. Tornamo-nos produtores e primeiros produtores de muitos produtos: café, suco de laranja, soja e tantos outros. Porém, o mais importante não é isso. O mais importante é que a participação dos produtos industrializados na nossa pauta é crescente. E, hoje, 70% do que o Brasil exporta são produtos industrializados, 57% são manufaturas, que eram apenas 15% nos anos 70. Além da diversificada pauta de produtos industrializados, exportamos bens de alto valor agregado e de elevado componente tecnológico, como aviões, automóveis, aparelhos transmissores, retransmissores e bens de informática.

Onde quer que aumentemos nossas exportações, sofremos uma barreira comercial aos nossos produtos. Essas barreiras são diferentes: na União Européia,

sobretudo, sofremos com as cotas; nos Estados Unidos, há picos tarifários, processos **antidumping** e outras medidas; no Japão, há restrições fitossanitárias.

Na União Européia, a nossa carne é quase um exemplo de uma panóplia de medidas protecionistas. Sofremos com cotas e subsídios às exportações praticados pela União Européia, e uma tarifa extracota de 114%. A carne de frango tem tarifa equivalente, **ad valorem**, de 46%, além de ter cotas e subsídios; o açúcar sofre uma tarifa de 66%. Esses são apenas alguns exemplos.

No Japão, as nossas frutas estão proibidas de ingresso sob a alegação de que sofrem de pragas. A carne de frango também não pode entrar, porque elas conteriam resíduos de hormônio e os calçados têm uma cota de 7 milhões de pares, quando o Brasil produz 500 milhões e exporta 130 — isso dá idéia do tamanho da cota que temos no Japão.

Nos Estados Unidos, as barreiras também são muitas e diversificadas. No caso do açúcar, os nossos concorrentes na América Central, países andinos e México, estarão isentos a partir de 2008. Mas temos cotas que, aliás, estão diminuindo e o Brasil só exporta 12% daquilo que os Estados Unidos deixam entrar. Além disso, a tarifa vai de 140% a 170% se estiver fora da cota.

No álcool, uma combinação de impostos faz com que uma alíquota **ad valorem** seja 50% do seu valor. Temos um custo de produção que é a metade do custo de produção nos Estados Unidos. Isso mostra o quanto está pagando o consumidor nos Estados Unidos.

O caso do suco de laranja é o mais conhecido. Pagamos uma tarifa que, **ad valorem**, seria de 50%. Mas não é só, há também o **antidumping**. A elevada proteção levou os produtores brasileiros de suco de laranja a investirem nos Estados

Unidos, porque eles não podiam mais exportar. E o fato de o México ter concluído a NAFTA com os Estados Unidos faz com que eles não sofram as mesmas restrições que nós e estejam aumentando suas exportações de suco de laranja para os Estados Unidos, enquanto nossa participação cai.

Há cerca de uma década exportávamos 92% das compras norte-americanas. Hoje, nossa participação caiu para 70%. Com a carne bovina ocorre a mesma coisa. Há subsídios nas exportações, há cotas, há tarifas intra e extracotas. Com as carnes de frango, igualmente. E, nesse caso, temos um pesado subsídio às exportações, que fizeram com que nossas exportações para muitos mercados fossem deslocadas. Não vou continuar a me referir a essa lista, porque ela poderia ser longa, e também atinge os produtos na área industrial, tais como aço, calçados, têxteis.

O mais curioso é que não se trata apenas de barreiras às nossas exportações. O que está acontecendo é um processo de substituição de importações. Por exemplo, na União Européia havia, até recentemente, um imposto de 9% à exportação brasileira de café solúvel. Por que essa tarifa foi imposta? Porque isso protegeu uma indústria nascente européia de café solúvel, que devido a essa proteção cresceu e se desenvolveu. Hoje, vários países da União Européia, sobretudo Alemanha e Itália, tornaram-se exportadores de café sem plantar um único pé de café, porque compram café verde, sobretudo do Brasil, e o industrializam sob a proteção de uma tarifa elevada e depois o exportam. Se não tomarmos cuidado, dentro de alguns anos vamos tomar café solúvel importado da Europa, como já compramos hoje o café italiano torrado em pacotinhos, que já podem ser achados no mercado, porque houve um processo de substituição de

importações na Europa, como houve um processo de substituição do suco de laranja nos Estados Unidos.

Essa numeração, que a meu ver é muito elucidativa, mostra-nos dois grandes desafios: primeiro, remover essas barreiras, porque somos muito competitivos e temos muito a ganhar ao remover as barreiras de exportação dos nossos produtos. Por isso, temos de participar, de forma agressiva e com liderança, de todas as negociações em que pudermos defender a penetração dos nossos produtos. O segundo desafio, que é igualmente grande, está no fato de reunirmos efetivamente as condições para que possamos tirar proveito das novas regras de comércio e possamos negociar para o acesso dos nossos produtos. Não adianta ter regras, porque muitas vezes não existe a proibição, mas não exportamos. Para isso, precisamos nos preparar e já, em primeiro lugar, com estudos de mercado mais aprofundados sobre o impacto das negociações, e em segundo, prepararmo-nos para competir de forma mais agressiva. Devemos reduzir os custos de logística para produzir; encontrar formas de financiamentos mais adequadas; simplificar e desburocratizar as exportações e, sobretudo, enfrentar de uma vez o desafio da reforma tributária. A meu ver, há nova oportunidade, porque a economia mundial está se desaquecendo. Não somos uma ilha, a nossa economia está se desaquecendo, menos que as outras, mas também está.

Neste momento, temos de dar um forte estímulo ao produtor brasileiro, ao exportador. Esta Casa é o lugar adequado para falar sobre isso. Temos de somar esforços com o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o empresário para vencermos a barreira da reforma tributária, talvez a mais difícil delas.

Não vou falar sobre as negociações em geral. Vou me restringir a duas palavras sobre a ALCA: os Estados Unidos são o maior mercado individual do mundo.

Eles importam cerca de 1 bilhão a 1 trilhão de dólares; 20% das exportações mundiais são para os Estados Unidos. Já deve ter sido dito que os países de uma eventual ALCA representam 50% daquilo que exportamos. Porém, é mais importante registrar que os produtos que importamos para eles são os de maior valor agregado.

Os Estados Unidos são aparentemente uma economia aberta, uma vez que a tarifa média lá praticada é de 5%. Mas, cerca de 130 itens estão sujeitos a uma barreira acima de 35%; e 311, acima de 15%. Aproximadamente 60% dos produtos brasileiros são afetados por medidas restritivas no mercado norte-americano.

Em novembro de 2002, o Brasil assume a co-presidência do processo negociador da ALCA. Somos competitivos e trabalharemos para conseguir nossos objetivos, pois só temos a ganhar. Mas, como o Presidente da República já deixou claro, só aceitaremos um bom acordo, no qual as verdadeiras questões estejam sobre a mesa de negociação. Em outras palavras, o acesso, não via tarifas, mas a remoção de barreiras protecionistas e a questão do **antidumping**, em conformidade com a legislação dos demais países. Enfim, um acordo que nos assegure a igualdade de oportunidades e benefícios compartilhados.

Concederei a palavra aos expositores, que disporão de quinze minutos. Depois passaremos aos debates, sendo que cada debatedor terá sete minutos. Em seguida, franquearemos as perguntas ao público.

Peço que seja distribuída cópia de alguns dos exemplos de protecionismo que citei, dentre eles o mais extenso, porque são bastante elucidativos.

Concedo a palavra à Sra. Denise Gregory.

**A SRA. DENISE GREGORY** – Boa tarde a todos; integrantes da Mesa; Ministro Sérgio Amaral, Presidente da CAMEX; Deputado Aloizio Mercadante; colegas antigos da batalha sobre a ALCA; Sandra Polonia Rios; Lia Valls Pereira; e Stephan Bogdan Salej, da FIENG.

Sou funcionária da Secretaria-Executiva da CAMEX. O tema do painel é “Acesso a Mercados, Tarifas, Barreiras e Regras de Origem”. Como não podia deixar de ser, tentarei evitar repetições de números. Ainda bem que o Sr. Ministro antecedeu-me, porque S.Exa. já detalhou vários produtos.

Em primeiro lugar, quero parabenizar os organizadores pela realização deste seminário, cujos temas são bastante abrangentes e extensos.

A ALCA é, na verdade, uma grande floresta, e sobre ela é preciso uma reflexão urgente. Ainda é bastante reduzido o envolvimento da sociedade civil, apesar de que nos últimos anos tenha havido preparação cada vez maior, tanto do setor privado quanto dos empresários.

Certamente a Sandra falará sobre o trabalho da coalizão empresarial brasileira e do próprio Governo, por meio da SENALCA, Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas, composta por representantes de toda a sociedade civil. A participação da sociedade civil tem que ser plena, e o Congresso tem um papel decisivo a desempenhar.

A Câmara de Comércio Exterior — CAMEX é órgão colegiado, composto pelos seguintes membros: o Secretário-Executivo da CAMEX; os Secretários-

Executivos dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda, das Relações Exteriores, da Agricultura e do Abastecimento; o Chefe da Casa Civil da Presidência da República; o Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do MRE; a Secretária de Comércio Exterior do MIDIC; o Secretário da Receita Federal; o Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; o Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil.

O papel da CAMEX é estabelecer diretrizes para as negociações de acordos internacionais. Em função disso, estabelece o desenho das estratégias negociadoras e o seus mandatos em cada uma das negociações de que o Brasil participa.

Quanto aos números da inserção brasileira no comércio exterior; destaque: o programa de exportações, a iniciativa e as negociações de acesso a mercados.

Falarei ainda sobre assuntos já abordados anteriormente: as barreiras tarifárias e não tarifárias e o custo de benefício do processo de integração.

Há quadro que aponta a estagnação da participação brasileira no comércio mundial. O nosso comércio exterior já atingiu índice maior do que de 2 e, hoje, está próximo de 1%.

O saldo da balança comercial brasileira na década de 90. No período de estabilização ocorrido após o Plano Real, houve a absorção de excedentes que poderiam ser exportados. Comparativamente, as importações foram maiores do que as exportações no período devido à abertura comercial.

No final da década, o déficit comercial foi reduzido. Neste ano, esperamos que haja superávit — analisaremos os números adiante.

No que diz respeito aos números da evolução do comércio exterior brasileiro, o importante é mostrar que, no programa de exportações, a meta é superar as importações. Quer dizer, queremos alcançar um crescimento maior tanto das exportações quanto das importações.

Há variação e reversão no crescimento das importações e das exportações. De janeiro a setembro de 2001, o saldo comercial acumulado de 1.253 é o dobro do acumulado no ano passado. A variação é maior.

As exportações brasileiras crescem acima da média mundial. Em 2001, a previsão é de que o patamar de crescimento seja mantido. Esse é um dado importante, apesar de todo o quadro recessivo em que estamos vivendo.

Há sete iniciativas do Programa de Exportações do Governo Federal que estão de acordo com a exposição feita pelo Ministro Sérgio Amaral, entre elas a redução dos custos da importação, a logística financeira e o aumento a capacidade produtiva exportável.

Destaco o Item 6, que se refere ao Programa de Promoção Comercial de Acesso a Mercados. A iniciativa prevê a importância dos acordos comerciais internacionais.

O Brasil é um **global trader**, segundo os seguintes dados de exportação do ano 2000: 14% para o MERCOSUL; 9,4% para os países da ALADI; 24% para os Estados Unidos; 27% para a União Européia; e 26% para o restante do mundo.

Portanto, 50% do comércio exterior brasileiro é realizado com países da ALCA, sendo mais de 80% das exportações de produtos manufaturados.

A produção é diversificada — conforme os exemplos citados pelo Sr. Ministro Sérgio Amaral. Trata-se de pauta diversificada em termos de produtos, principalmente manufaturados.

Abordaremos, agora, o tema principal: a ALCA.

Hoje vivemos, como foi dito, denso momento relativo aos múltiplos cenários de negociação. Nessa semana, terminamos a elaboração, em termos de MERCOSUL e União Européia, da proposta a ser apresentada próxima semana no Comitê de Negociações Birregionais, em Bruxelas, e também a discussão sobre a reação à oferta da União Européia.

Trabalhamos também à luz da perspectiva da reunião ministerial de Doha, no Qatar, em novembro.

A questão do MERCOSUL/Comunidade Andina representa negociação morosa e difícil, porque a comunidade andina tem muito receio da invasão dos competitivos produtos brasileiros. Solicitaram mais tempo e elaboraram enorme lista relativa a produtos sensíveis.

Temos ainda o acordo quatro mais um, cujos grupos de trabalho já estão funcionando no sentido de levantar as possíveis barreiras.

Esta é a floresta: o fundamental exercício de coordenação das agendas.

O tema “Integração Regional” é vital para o Brasil e para a América Latina. Vivemos o fim do ciclo da alta liquidez internacional, com movimento recessivo da economia global.

Os atentados terroristas de 11 de setembro aprofundaram o cenário de incerteza e atingiram fortemente a confiança dos consumidores e dos investidores,

promovendo uma perspectiva ainda mais grave de desaceleração da economia mundial.

A integração defendida refere-se ao aproveitamento das vantagens comparativas e competitivas da região, ao fortalecimento do MERCOSUL e ao avanço da integração regional sul-americana. Todos esses fatores podem alavancar nosso poder de barganha na ALCA.

Precisamos estabelecer marcos regulatórios comuns e desenvolver cadeias produtivas. Há experiência importante a ser aproveitada no desenvolvimento desse trabalho: os fórum de competitividade das cadeias produtivas da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do MIDIC. O alargamento do modelo deve ser repassado para o MERCOSUL.

As tarefas de promover alianças regionais para o desenvolvimento científico e tecnológico e de desenvolver iniciativas conjuntas de construção de infra-estrutura mais densa na região já tiveram início no MERCOSUL.

Uma alternativa — consta do texto distribuído — é a concessão feita pelo Brasil aos países sul-americanos não membros do MERCOSUL de acesso ampliado aos nossos mercados, em troca de mandato para as negociações da ALCA.

Outra idéia contida no texto é a vinculação das negociações comerciais da ALCA às de finanças.

O grupo de acesso a mercados relativos à ALCA é um dos nove grupos que negocia o futuro acordo. O tratamento de acesso para produtos industriais está agrupado em seis temas básicos. Vários estão sendo discutidos neste seminário: as tarifas, as medidas não tarifárias, os obstáculos técnicos ao comércio, as salvaguardas e as regras de origem.

O acesso também é analisado nos seguintes grupos específicos da ALCA: o Grupo de Negociação sobre a Agricultura — GNAG; o Grupo de Trabalho sobre Serviços; o Grupo de Trabalho sobre Investimentos; o Grupo de Negociação sobre Compras Governamentais. Cinco grupos tratam de questões relativas ao acesso de mercados e devem apresentar, até abril de 2002, recomendações sobre métodos e modalidades para as negociações. O início das negociações está previsto para 15 de maio de 2002.

No momento, todos os nove grupos — os cinco e os demais — estão trabalhando nos capítulos do Acordo da ALCA, que será composto de nove capítulos, além de subcapítulos.

Trata-se de texto colchetado, apresentado na última reunião ministerial de Buenos Aires, que reflete as divergências dos parceiros.

Os grupos reúnem-se em torno de três a quatro vezes por ano para aprimorá-lo.

Em termos de métodos e modalidades, estão sendo consideradas seis áreas principais no grupo de acesso a mercados. Elas definem a tarifa base; o período de referência para as negociações, que compreende os três anos anteriores ao cronograma de desgravação; a nomenclatura tarifária.

O MERCOSUL defende a negociação de oito dígitos e calendário em ritmo de eliminação de tarifas. Além disso, propõe: prazo de desgravação, períodos de carência, tipos de concessão tarifárias e métodos para determiná-las. O MERCOSUL define, por exemplo, se as concessões vão ser relativas a margens percentuais de preferências.

O MERCOSUL pretende que todo universo tarifário esteja sujeito à negociação. Admite diferentes prazos e um período de carência para produtos sensíveis.

Não apresentarei o **slide** das barreiras — assunto profundamente abordado pelo Ministro Sérgio Amaral.

Há dado interessante relativo à simulação realizada pela Secretaria Executiva da CAMEX, que estimou que os ganhos potenciais de exportações brasileiras serão entre 5 e 10 bilhões, caso as barreiras identificadas sejam removidas.

Os exemplos de barreiras estão baseados em estudos. A análise das barreiras externas é generalizada. Esse trabalho foi inicialmente desenvolvido pela FUNCEX e hoje é atualizado pela contratante, a Secretaria de Comércio Exterior do MIDIC.

Há também outro interessante trabalho a respeito das barreiras externas às exportações brasileiras nos Estados Unidos, elaborado pela Embaixada do Brasil em Washington. É importante ressaltar que a média tarifária nos Estados Unidos em torno de 4% é baixa. No MERCOSUL, é de 12%. A efetiva é ainda menor: 7%.

No Brasil, a proteção é feita apenas pelo mecanismo tarifário. É a tarifa que protege a indústria brasileira. Nos Estados Unidos, a proteção decorre das barreiras tarifárias, não tarifárias e de vários outros mecanismos de restrição às exportações.

Destaco, no próximo quadro, o relevante tema “Regras de Origem”, porque para que as mercadorias se beneficiem de tratamento tarifário preferencial devem estar amparadas por certificados de origem. Logo, condições de acesso são determinadas por negociações sobre regras de origem, razão por que é essencial o ajustamento desse tema no grupo de acesso a mercados.

Há capítulo no Acordo que visa regular a circulação de mercadorias que gozam de preferências. As regras de origem podem ser preferenciais ou não. No caso, falamos de regras de origem preferenciais concedidas ao amparo do Acordo ALCA.

Será concedido tratamento preferencial às mercadorias obtidas ou elaboradas totalmente na região e também àquelas que incluem insumos de fora, porém, transformados nos países da ALCA.

Por intermédio dos desenhos das regras de origem, induzimos os investimentos da região. Quer dizer, ao assegurar que produtos de fora da região tenham que apresentar certificado de origem, está-se assegurando que a produção brasileira, bastante verticalizada, pode beneficiar-se desse desenho.

Na ALCA, as regras de origem basear-se-ão principalmente na mudança de classificação tarifária, critério que demonstra agregação de valor.

Caso isso não seja suficiente, será permitida a utilização de outros princípios, como o conteúdo regional, que analisa o valor agregado e transformações específicas do processo produtivo.

Toda a definição estratégica de acesso a mercados requer o embasamento de estudos setoriais, análises da composição da pauta e do potencial exportador de cada setor.

Portanto, são fundamentais os estudos que estão sendo feitos. A CNI contratou a FUNCEX para realizar estudos setoriais. A Dra. Sandra deve descrevê-los posteriormente. A Secretaria-Executiva da CAMEX contratou o IPEA para fazer um levantamento sobre estudos recentes. Quer dizer, a resenha será disponibilizada para todos, porque o mapeamento é essencial para constatar o que já foi feito e

verificar a necessidade ou não de aprofundamento da discussão. Isso requer, além de informações, diálogo, participação, mobilização permanente do Congresso e da opinião pública.

Por fim, concluo com dois **slides**: um mostra os benefícios da ALCA; outro a agenda positiva da ALCA.

Todo o processo relativo à ALCA é bastante complexo e apresenta simultaneamente oportunidades e riscos.

Precisamos recuperar muitas oportunidades perdidas de acesso. Temos o exemplo da China, que conseguiu, em uma década e meia, vender mais para os Estados Unidos do que vinte e cinco vezes o Brasil exporta.

Entre os benefícios já citados, ressaltamos a ampliação do acesso a produtos e serviços, via redução ou eliminação das barreiras, simplificação de procedimentos no hemisfério, redução de custos, harmonização de regras e normas, atração de novos investimentos.

A ALCA é um pedaço de todo o desenho de integração hemisfério.

O próximo e último **slide** mostra a agenda da ALCA.

Definimos o que queremos em relação a muitos produtos. Setores competitivos, como a agroindústria, o têxtil, o siderúrgicos e o de calçados, defendem que a ALCA limite: o emprego de instrumentos de protecionismo, os subsídios, a utilização distorcida de regras. Também são necessárias melhores condições para a reestruturação de setores sensíveis. As regras sobre **antidumping** deve ser compartilhadas e transparentes.

Precisamos expandir as exportações e remover as barreiras externas, inclusive os subsídios que nos deslocam para os terceiros mercados. É preciso vender melhor, não basta produzir barato.

Quanto à agenda interna, é necessário empreender reformas que tornem mais competitivos nossos produtos e exercer a liderança do contexto sul-americano para, em conjunto, ter mais influência na mesa de negociações.

Obrigada. (*Palmas*).

**O SR. COORDENADOR** (Ministro Sérgio Amaral) – Agradeço à Dra. Denise Gregory pela sua exposição.

Concedo a palavra à Dra. Sandra Polônia Rios, que disporá de quinze minutos.

**A SRA. SANDRA POLÔNIA RIOS** – Sr. Coordenador, peço que liguem imediatamente o Powerpoint, para uma breve exposição.

Inicialmente, parabenizo a Câmara dos Deputados pela realização deste seminário. Trata-se de oportunidade ímpar que envolve o Congresso Nacional e, através dele, a sociedade civil no debate sobre a integração comercial internacional.

Embora o grau de reflexão interna no Brasil sobre essas questões tenha aumentado sobremaneira nos últimos anos, ainda assim é bastante incipiente.

Portanto, tal iniciativa é da maior importância para discutir não apenas os interesses externos, mas as dificuldades que vamos obter e lograr nesse processo de negociação, mas especialmente discutir como vamos nos preparar para enfrentar uma nova época, em que uma nova onda de liberalização comercial e integração econômica resultará desses processos de negociação.

(*Projeção de imagens.*)

Por favor, o primeiro **slide**. Enquanto não começamos o primeiro **slide**, gostaria de mencionar que durante o almoço tive a oportunidade de sugerir ao Deputado Marcos Cintra que realizássemos um seminário como este para discutir as negociações entre o MERCOSUL e a União Européia, que me parecem outro empreendimento de grande vulto, da maior importância para a economia brasileira, mas têm merecido pouca atenção da opinião pública.

Até meados da década de 90, como disse o Ministro Celso Lafer hoje pela manhã, a ótima estratégia de inserção internacional para o Brasil parecia ser a consolidação do MERCOSUL; a negociação de uma Área de Livre Comércio das Américas, em segundo lugar; o reforço do sistema multilateral de comércio, por intermédio da OMC; e somente no último estágio estaríamos negociando acordos do tipo ALCA ou com a União Européia. Essa estratégia, de círculos concêntricos, talvez gerasse para o Brasil uma otimização das condições de negociação internacional.

Por favor, pode passar o **slide**. Essa estratégia de algum modo está superada pelos fatos. Não que os interesses tenham mudado, mas efetivamente o ambiente externo não cooperou para que seu cronograma pudesse ser seguido.

As principais dificuldades foram: em primeiro lugar, a falta de convergência dos principais parceiros do Brasil. Sabe-se perfeitamente que tanto alguns membros do MERCOSUL quanto parceiros comerciais do Brasil na América do Sul têm interesses mais firmes de aceleração das negociações com o Norte, especialmente com os Estados Unidos, e que isso não contribui para a manutenção de um prazo mais longo de negociações, em que se permitisse a essa estratégia inicial ser levada a cabo. Em segundo lugar, a partir do fracasso da reunião de Seattle, o regionalismo

ganhou novo ímpeto, e as negociações da ALCA ganharam nova expressão. Em terceiro lugar, problemas internos do MERCOSUL dificultaram o avanço na agenda de integração, na agenda consolidação e no aprofundamento do bloco.

Próximo, por favor. Ainda do ponto de vista do cenário em que estamos negociando, acho muito importante não perder de vista que nossa estratégia não se desenvolve num vácuo. Enquanto estamos pensando em quais as melhores estratégias para Brasil, outros países desenvolvem outras estratégias e iniciativas de negociação, avançam, e todas essas iniciativas têm forte interdependência e interconexão entre si.

O ritmo das negociações depende de uma complexa combinação de interesses. Acho que ela é dinâmica e variável, e podemos perceber que ao longo das negociações da ALCA já tivemos mudanças de posições de países que em determinadas situações atuavam no sentido de postergar as negociações e que, dependendo de outras variáveis, passam a apoiar um avanço mais rápido delas. Portanto, não estamos sozinhos, e nossos parceiros tanto no MERCOSUL quanto na América Latina podem muitas vezes ter interesses que variam ao longo do tempo.

Além disso, existe uma forte interdependência entre as diversas iniciativas de negociação. As negociações da ALCA e as do MERCOSUL e União Européia têm impactos umas sobre as outras, especialmente as negociações da ALCA sobre a União Européia. E não foi por outro motivo que a Europa se apressou, em julho deste ano, em apresentar uma oferta concreta de negociação ao MERCOSUL. Foi basicamente um resultado da reunião de cúpula de Quebec, em que o ímpeto do

processo da ALCA ficou claro, embora os prazos de negociação tenham sido mantidos.

Portanto, esses ritmos têm impacto uns sobre os outros, e certamente o lançamento de uma nova rodada de negociações no âmbito da OMC influenciará as agendas da ALCA e da União Européia e a própria consolidação e o aprofundamento do MERCOSUL.

O próximo, por favor. Por fim, parece-me que neste momento não há como deixar de considerar os desenvolvimentos que os trágicos acontecimentos de 11 de setembro terão sobre o cenário de negociações. Embora esse cenário seja ainda muito nebuloso, dois fatos ou duas tendências parecem já ser claramente percebidas.

A primeira delas é o esforço dos principais países desenvolvidos em manter acesa a chama do multilateralismo. Hoje pela manhã já tivemos notícias de que os trabalhos se intensificam, para que seja bem-sucedida a tentativa de lançamento de uma nova rodada no âmbito multilateral.

Em segundo lugar, também aparece como uma das tendências um processo de utilização mais freqüente e intenso de concessões comerciais unilaterais por parte dos Estados Unidos a países com os quais eles têm novos interesses políticos ou militares.

Esses dois efeitos têm impactos diversos sobre a estratégia brasileira. O primeiro efeito tem um impacto bastante positivo. O reforço do multilateralismo interessa ao Brasil, e o lançamento de uma nova rodada é da maior importância para a nossa estratégia de inserção internacional.

O segundo efeito tem impacto negativo para o Brasil, especialmente para nossas pretensões de acesso a mercados. Um dos principais problemas que nossas exportações têm sofrido no mercado norte-americano no período recente tem sido a perda de preferências no mercado americano para outros países que recebem preferências tarifárias, tanto pela realização de acordos comerciais — como foi o caso do México no NAFTA — quanto de acordos de concessão unilateral que os Estados Unidos vêm fazendo a outros países, como países do Caribe. E recentemente, após 11 de setembro, a ampliação de preferência para o Paquistão e outros países.

Portanto, cada concessão dessas feita de forma unilateral a países em desenvolvimento, que exportam produtos para o mercado norte-americano que competem com produtos brasileiros, representa maior dificuldade de acesso aos nossos produtos no mercado norte-americano.

O próximo. Esses dados já foram exaustivamente citados aqui. Eles apenas reforçam a dispersão das exportações brasileiras entre os diferentes blocos econômicos ou áreas do mundo.

Por favor, o próximo. Gostaria apenas de chamar a atenção para o fato de que falam muito das exportações, mas, do ponto de vista das importações, a distribuição por blocos econômicos de origem também é bastante parecida, ou é semelhante à distribuição das nossas exportações. Isso significa que em termos de comércio nossos interesses são bastante diversificados e coincidentes do ponto de vista de exportações e importações.

O próximo. Gostaria de ressaltar que, para a formulação de nossas estratégias de negociação, é importante verificar que tipo de produtos exportamos

para que partes do mundo. E aqui surgem elementos importantes para a definição da nossa estratégia. O Brasil exporta produtos manufaturados em grande proporção para os países que estão negociando a ALCA. Oitenta e um por cento das nossas exportações para os países da ALCA são compostos de produtos manufaturados. Isso poderia, em princípio, ser entendido como um resultado do fato de que entre os países que estão negociando a ALCA existem vários membros da ALADI, nos quais já contamos com alguma preferência. Mas o fato é que, se isolarmos os Estados Unidos, veremos que mais de 70% das nossas exportações para este país são de produtos manufaturados também, o que indica forte interesse do setor industrial nessas negociações.

Já para a União Européia, o comércio é mais balanceado: 43% das nossas exportações são de produtos básicos e cerca de 40% de produtos manufaturados.

O próximo, por favor. A combinação da avaliação e do detalhe de fluxo de comércio com o tipo de barreiras que enfrentamos nos diversos mercados conduz à elaboração das estratégias negociadoras.

É importante chamar a atenção para o fato de que nossas exportações para os países que estão negociando a ALCA, além de terem uma forte concentração de produtos manufaturados, são bastante diversificadas. Enquanto os trinta principais produtos de exportação para a União Européia respondem por 65% da nossa pauta exportadora, para os países da ALCA, esses mesmos trinta produtos respondem por apenas 35% do total da pauta de exportações.

Além disso, quando combinamos essa informação com o tipo de barreiras que enfrentamos nos países da ALCA, especialmente nos Estados Unidos — não vou entrar em detalhes porque já foi amplamente mencionado —, é importante chamar a

atenção para o fato de que essas barreiras estão tanto em produtos agrícolas, agroindustriais, como em produtos manufaturados de origem industrial. Isso também gera uma relação de interesses bastante diferenciada entre setores econômicos.

O envolvimento do setor empresarial brasileiro com as negociações da ALCA vem-se intensificando. Começou de forma mais expressiva em 1996, quando foi realizado o Segundo Fórum Empresarial das Américas, em Cartagena, na Colômbia. Então, os empresários brasileiros se deram conta de que o processo de negociações estava em curso, ia seguir um curso natural, e que o setor privado estava pouquíssimo envolvido, detinha pouca informação, pouca reflexão interna, não estava preparado para influenciar o processo.

Ao mesmo tempo, tomou-se a decisão, em grande parte por responsabilidade do Dr. Stefan Bogdan Salej, que está aqui, de levar o Terceiro Fórum Empresarial e a Terceira Reunião de Ministros para Belo Horizonte. Essa foi uma oportunidade bastante promissora para que os empresários brasileiros dessem uma guinada na sua forma de atuação, em termos de negociações internacionais, e passassem a se organizar para entender o processo, identificar seus interesses e apresentá-los de forma clara e bem estruturada.

Foi quando surgiu a Coalizão Empresarial Brasileira, que é um movimento informal, aberto à participação de todos os setores empresariais, e hoje conta com a participação de empresas e organizações empresariais do setor industrial, mas também com participação ativa das organizações dos setores agrícola e de serviços.

A Coalizão Empresarial Brasileira vem elaborando documentos de posição, os quais são discutidos com o Governo e enviados aos fóruns empresariais internacionais.

O próximo. Rapidamente, gostaria de dizer que as principais prioridades do setor empresarial brasileiro para as negociações da ALCA estão nesses documentos que podem ser encontrados no **site** da CNI e, mais importante do que tudo — agora, por favor, a penúltima transparência —, é nossa preocupação com a preparação doméstica.

A ALCA pode ser benéfica ou maléfica para o Brasil, dependendo da nossa habilidade para negociar e do nosso grau de preparação interna. Existem grandes oportunidades de eliminação de barreiras, de aumento de exportações e, por outro lado, de nos prepararmos para competir com os produtos que entrarão no Brasil livres de barreiras. Mas, para que possamos usufruir das oportunidades e avaliar, ao final, se esse acordo será benéfico ou não para o Brasil, é necessário que estejamos bem preparados.

Essa preparação envolve, em primeiro lugar, a capacidade de identificarmos claramente os nossos interesses. O Brasil e o setor empresarial brasileiro, não apenas o setor empresarial como sociedade civil, tiveram no passado dificuldades de apresentar claramente suas posições e seus interesses negociadores. É hora de fazer isso de maneira mais clara.

Em segundo lugar, envolve habilidade para negociar. Nesse aspecto parece-me que os negociadores brasileiros vêm demonstrando, mesmo na ALCA, que o Brasil vem conseguindo fazer aprovar suas principais posições negociadoras.

Em terceiro lugar, envolve a organização e preparação da estrutura doméstica para esse processo. Isso significa, do ponto de vista das exportações, exoneração tributária das exportações, desenvolvimento da infra-estrutura e logística, financiamento, desburocratização e promoção comercial. Mas, acima de tudo, do

ponto de vista da competição no mercado doméstico, é necessário isonomia tributária com o produto importado e redução do custo de investimentos.

Dentre todas as reformas necessárias, talvez a mais importante e urgente seja a reforma tributária. Com a atual estrutura tributária, basicamente toda a proteção tarifária, que é concedida pelas tarifas de importação no Brasil, ou boa parte dela, é compensada por impostos que incidem em cascata sobre a estrutura produtiva brasileira. Se as tarifas de importação são eliminadas sem que se resolva o problema dos custos que incidem sobre a produção brasileira e não incidem sobre os produtos importados, estaremos, sim, em condições de competição desiguais.

Temos até 2005 para aprovar e implementar todas as reformas que nos permitirão conviver num novo ambiente aberto. Se não aproveitarmos esse tempo, aí, sim, estaremos em sérias dificuldades para aproveitar os benefícios que eventualmente esse acordo poderá trazer para o Brasil.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Ministro Sérgio Silva do Amaral) – Quero agradecer à Sra. Sandra Rios a sua apresentação.

Damos início aos debates.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao primeiro debatedor, o Deputado Aloizio Mercadante, que disporá de sete minutos para suas considerações.

**O SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE** – Sr. Coordenador, em primeiro lugar, quero saudar essa iniciativa que nos empenhamos em realizar, como possibilidade de envolver o Congresso e a sociedade brasileira, as universidades, os empresários e os trabalhadores nesse processo de negociação absolutamente decisivo para os interesses econômicos e históricos do Brasil.

Sou extremamente crítico à política externa do Governo brasileiro, à política de comércio exterior e à política econômica que tivemos ao longo deste último período. Diria que temos uma imensa inquietação com os possíveis desdobramentos desse processo de negociação.

A tese básica do neoliberalismo, que se apresenta no Brasil no início dos anos 90 e é reforçada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, é a de que a abertura comercial, a desregulamentação da economia, as privatizações, o Estado mínimo trariam uma série de benefícios, como crescimento acelerado e sustentado da economia, mais emprego, menos desigualdade, maior participação do Brasil no comércio exterior.

São sete anos só deste Governo, que já permitem fazer uma experiência dessa política e dos resultados dessa estratégia. Nós não ampliamos nossa participação no comércio internacional com toda a abertura que foi promovida na OMC — Organização Mundial do Comércio —, no final de 1994, e com a estratégia de comércio exterior que tivemos ao longo desse período, agravados, evidentemente, pela sobrevalorização do real nos primeiros quatro anos. A produção agrícola, por exemplo. Nossa participação no comércio internacional, em 1975, era de 7,2%; no ano 2000, de 3,8%. Caiu praticamente à metade da participação que tínhamos antes disso.

Em segundo lugar, não melhoramos significativamente nossa pauta de exportações. Mais grave: assistimos ao profundo desequilíbrio do comércio exterior.

E quero começar por aí, para que se veja onde nos pode levar um projeto como a ALCA.

O Governo Fernando Henrique Cardoso, ao entrar na Organização Mundial do Comércio e reduzir todas as tarifas, as barreiras não tarifárias, de forma ingênua, despreparada e sem qualquer perspectiva dos interesses estratégicos do Brasil, fez com que nosso saldo comercial, que era de 10 bilhões e 400 milhões de dólares, em 1993, tivesse, quatro anos depois, déficit de 7 bilhões de dólares.

Vou citar dados relativos aos Estados Unidos nessa negociação da ALCA, porque isto pode se repetir na história do Brasil.

De 1994 a 1997, nossas exportações para os Estados Unidos cresceram 5,2% e nossas importações da economia americana cresceram 116,5%. Conseguimos uma proeza. Quer dizer, dos 189 países que estão registrados na ONU, apenas 12 têm déficit comercial com os Estados Unidos. O Brasil conseguiu ser um dos países deficitários no comércio exterior.

Essa política externa gerou profunda vulnerabilidade estrutural. O passivo externo líquido dolarizado do Brasil, que era de 158 bilhões de dólares, está em aproximadamente 400 bilhões de dólares. A remuneração desse passivo, que é a dívida externa, desnacionalização da economia, se feita a uma taxa de 6% ao ano, significará compromisso em torno de 25 bilhões de dólares/ano, para o que vamos ter de gerar dólares ou pedir emprestado. De alguma forma vamos ter de honrá-lo.

Portanto, a questão central, no caso de um país como o Brasil, neste momento da sua história, é superar essa vulnerabilidade, o que significa gerar superávit comercial o mais rapidamente possível e de forma sustentável ao longo do tempo. Ou seja: exportar mais, melhorar a qualidade da pauta de exportações e substituir importações, especialmente de produtos de consumo acabado, que, na nossa pauta, estão em torno de 12 bilhões de dólares.

A pergunta que faço: a ALCA contribuirá para isso? A ALCA vai diminuir nossa vulnerabilidade, nossa dependência de capital volátil, essa exposição que o Brasil está hoje vivendo a toda instabilidade financeira internacional? Acho que não.

Quero citar alguns dados e fazer alguns argumentos. Os Estados Unidos, sozinhos, têm 78,9% do PIB da América. Nós somos o segundo país, com 4,9%. É um Continente extremamente assimétrico.

O que significa daqui a quatro anos removermos as barreiras tarifárias e não tarifárias para o comércio exterior? Significa que o Brasil vai ter de competir em igualdade de condições com uma economia que hoje tem taxa de juros de 2,5% ao ano. Vivemos num País em que nenhuma empresa se financia com menos de 2,5% ao mês. E se entrar no cheque especial, pagará juros de 10% ao mês.

O PIB do País, mesmo tirando o efeito da valorização, é pelo menos 11% menor que o PIB americano. Produzimos, no ano passado, 1 milhão e 600 mil veículos. Os americanos produziram 17 milhões de veículos. O que significa competir em igualdade de condições com essa escala de produção?

Somos um País que não tem tradição em tirar mecanismos de defesa comercial não tarifária. Os americanos desenvolveram como ninguém uma lei **antidumping** extremamente eficaz e poderosa, sobreutilizada, além de mecanismos de subsídios. Sessenta e seis por cento da renda do agricultor americano são provenientes do governo.

Ele é um funcionário público disfarçado de produtor rural. E vêm crescendo ano a ano os subsídios na economia americana, como cresceu este ano, à agricultura. Não bastassem essas disparidades, que são extremamente preocupantes, temos de entender que eles têm liberdade de política econômica, o

que não temos. Vejam, por exemplo, nessa crise, o que é a política econômica americana: eles reduziram a taxa de juros de 6% para 2,5%, devolveram para os consumidores 32 bilhões de dólares do imposto de renda, para gerar demanda agregada, e deram 15 bilhões de dólares para as empresas aéreas no momento de crise. O discurso aqui é o seguinte: está em dificuldade, desnacionaliza e vende, porque é ineficiente. Lá, o neoliberalismo.

Talvez tenha sido Bin Laden o pretexto keynesiano, mas rapidamente eles passaram a socorrer, investir, fazer gasto público e proteger o setor estratégico da economia. Liberaram 30 bilhões de dólares para a reconstrução de Nova Iorque; 40 bilhões para a guerra; 1 bilhão de dólares, agora, para a CIA matar Bin Laden; 1,5 bilhão para vacinas, e estão falando num pacote de 100 a 120 bilhões de dólares. Eles saíram de um superávit primário para o déficit. Rapidamente estabeleceram uma política tipicamente keynesiana.

Na mesma crise, na mesma recessão, o que somos obrigados a fazer, sob as imposições do FMI, sob pressão do governo americano? Aumentar a taxa de juros de 15% para 19%. Cada ponto percentual de aumento na taxa de juros representa menos 5 bilhões de reais ao ano no Orçamento. Quer dizer, três pontos percentuais na taxa de juros dariam para dobrar a verba para a educação num País como o Brasil. Mas estamos aumentando impostos, cortando gastos públicos. Tínhamos um superávit de 35 bilhões de reais. Vamos alcançar um superávit de 42 bilhões de reais, tirando mais dinheiro da sociedade e impedindo que o Brasil reaja à recessão, volte a crescer, gere emprego e crescimento.

Como podem dois países, que não têm a mesma liberdade de política econômica, não têm as mesmas condições, competir em igualdade de condições?

Podemos estar caminhando com roupa nova, mas, na realidade, com a mesma ideologia. Não por uma integração comercial, mas por uma anexação comercial. E o país que mais perde na América Latina é o Brasil, porque tem estrutura industrial de serviço diversificada e, portanto, mais concorrencial à estrutura americana.

Eu quero ler trecho que expressa bem o que os americanos querem com a ALCA. Vou citar Colin Powell. Por sinal, quando fomos para Québec, Bush estava com ele ao lado, para negociar. Ele leva as Forças Armadas quando vai negociar. *(Risos.)* Diz Colin Powell: *“Nós poderemos vender mercadorias, tecnologias e serviços americanos, sem obstáculos ou restrições, dentro de um mercado único de mais de 800 milhões de pessoas, com uma renda total superior a 11 trilhões de dólares, abrangendo uma área que vai do Ártico ao Cabo de Hornos. O Presidente Bush espera ansiosamente pela oportunidade de reenergizar as negociações da ALCA”.*

Eles sabem o que querem. E eles têm eficiência, competitividade, tamanho, externalidade, escala, custo de financiamento do capital, infra-estrutura, para, num processo de liberalização, venderem cada vez mais, ocuparem parcela significativa do nosso mercado e conseguirem expandir o NAFTA, que já é uma realidade e que não se trata apenas um acordo comercial. O capítulo onze do NAFTA, por exemplo, trata dos direitos das empresas investidoras.

Cito o exemplo da ESSO. O governo canadense proibiu o uso de metanol na produção de combustíveis. A ESSO recorreu à arbitragem internacional e ganhou. Foi indenizada em 22 milhões de dólares e teve direito de voltar a produzir metanol.

Quer dizer, as empresas perdem. O Estado nacional, o poder jurídico nacional não tem mais poder de regular e disciplinar os investimentos externos no território brasileiro. Isso está no NAFTA, está na pauta de negociação. O projeto de expansão do NAFTA inclui direitos como esse, incompatíveis, diria, com o projeto de construção nacional e com os interesses históricos, numa sociedade como a brasileira.

Tenho muito pouco tempo. Quero então perguntar: existe outro caminho? É evidente que sim. O êxito diplomático, o êxito da diplomacia que a Europa apresenta nesse início de Século XXI com a integração... Primeiro que não se trata apenas de uma integração comercial. Essa integração foi construída ao longo de mais de quarenta anos. Há instituições multilaterais democráticas, como o Parlamento europeu, o Conselho de Ministros, a Corte de Justiça; tem uma coordenação macroeconômica, o Maastricht, um Banco Central, no final desse processo, e moeda única, construída coletivamente — o euro —; tem integração do mercado de trabalho e da legislação previdenciária e trabalhista. Nada disso está sendo proposto na negociação da ALCA.

Principalmente na integração comercial européia, os fundos de compensação protegeram os países mais pobres, como Portugal, Espanha e Grécia. Eles receberam dinheiro a fundo perdido, para que pudessem desenvolver os setores que foram abalados pela integração.

Não há fundo perdido, não há compensação, não há perspectiva de integração no mercado de trabalho. Os americanos querem tudo, como diz Colin Powell, menos os latino-americanos. “Não vai haver **greencard** para que pobres vão trabalhar lá.” Por sinal, está cada vez mais difícil tirar visto de saída.

Ou há investimento, emprego e crescimento aqui, ou vai aumentar a exclusão social, a pobreza e a desigualdade. E não teremos as mesmas condições que o México, porque ele tem uma vantagem comparativa que nós não temos: a fronteira americana. Há 20 milhões de mexicanos lá dentro. Uma das tarefas fundamentais da negociação da ALCA foi impedir esse processo, esse fluxo imigratório, e nós não teremos, diria, as mesmas condições, as mesmas possibilidades.

O tempo é insuficiente para que se faça um debate como esse. Quero dizer que nós temos de olhar fundamentalmente, neste momento, para a América do Sul, como a Europa fez, se unificando para poder ter força e presença no cenário internacional. O Brasil, país sul-americano mais forte, deveria buscar a integração da América do Sul, procurar ampliar e aprofundar o MERCOSUL, construir mecanismos de coordenação política e econômica, pensar numa integração não só comercial, mas também cultural, científica, tecnológica, diplomática, para que esta região mais pobre do planeta tenha mais força para negociar com o NAFTA e a União Européia, e manter uma vocação multilateral de comércio.

E ainda, temos de incrementar os acordos bilaterais. O Brasil tem de negociar com os Estados Unidos. O MERCOSUL pode negociar com eles. E acordos bilaterais baseados no princípio da reciprocidade: abre lá, para vermos o que vamos fazer aqui. Não podemos entrar ingenuamente, com essa ideologia neoliberal de novo, depois do balanço dessa história recente. Por quê? Basta ver o seguinte dado: se o objetivo — e o Ministro disse muito bem — é gerar emprego, diminuir a pobreza e a desigualdade, se é isso que queremos para o Brasil, faça-se o balanço desses sete anos. A taxa de crescimento média do PIB foi de 2,4%, num dos períodos de maior crescimento internacional e da economia americana, com liquidez

e financiamento da nação. Apenas três Presidentes, no Século XX, conseguiram fazer o Brasil crescer menos do que fez Fernando Henrique Cardoso: Venceslau Braz, na primeira Guerra Mundial; Washington Luiz, em 1929; e Collor — sempre digo —, porque era o Collor.

Nós não crescemos. Encontramo-nos de novo em quadro de recessão, estamos mais vulneráveis do que éramos. Isso significa que o Brasil tem de saber defender o patrimônio que tem: seu mercado interno. Ele é que gera escala, produtividade, atrai investimento externo, como a China demonstrou ao longo das últimas duas décadas. É o mercado interno que cria condições para que possamos disputar com mais eficiência o mercado externo, porque vamos sair com mais competitividade e mais eficiência, pelo volume, pelo tamanho, pelas externalidades que o fortalecimento do mercado interno promove.

Portanto, deveríamos buscar parceiros como a Índia, a China e a África do Sul para uma nova agenda. Essa crise que vivemos a partir de 11 de setembro mostra que é preciso uma nova ordem econômica internacional. O Brasil tem de se alinhar com países que tenham problemática semelhante à sua, dizendo que é preciso mais justiça. Não é possível que os países ricos liberem 1 bilhão de dólares por dia de subsídios para a agricultura, sobretudo às exportações, que competem com nossos produtos. Não é possível o protecionismo exacerbado que essas afirmações estabelecem.

A saída para isso não é a liberalização mútua, como se fosse a mesma coisa. A tarifa americana média para exportação é de 3,5%. A nossa, de 13,5%. No entanto, nós é que vamos abrir mais o mercado, e não podemos fazer isto, porque não temos o mesmo custo de capital, não temos o mesmo tamanho, não temos a

mesma eficiência média. É evidente que alguns setores ganham com a integração. Foram colocados vários setores onde somos mais eficientes: na indústria de suco de laranja, aço, calçados. Mas na média não somos mais eficientes, nem poderíamos ser.

Portanto, não se pode aceitar a tese de que a liberalização vai favorecer fundamentalmente o mais fraco no processo de negociação. O Piauí tem liberdade comercial com São Paulo há 501 anos. E se fosse só em função da liberdade comercial, a desigualdade social jamais seria superada. É preciso política pública compensatória, política de desenvolvimento regional, e isso não está sendo discutido; não existe na agenda e na proposta da ALCA.

O Brasil foi colônia por 322 anos. O que temos de decidir nesse início do século XXI é se queremos continuar sendo uma Nação soberana ou se vamos aceitar a anexação comercial. Esta não é simplesmente uma discussão política ou ideológica. Quero que se faça o balanço do que foi a história recente do comércio exterior brasileiro, que só se modificou porque superamos a âncora cambial e começamos a ter estratégia de defesa comercial um pouco mais eficiente, começamos a pensar que é preciso exportar, substituir importações, ter saldo comercial, não depender do capital volátil especulativo, que não tem regulação internacional.

Acho que o Brasil é um País importante, grande, que tem estrutura industrial e agrícola diversificada, que faz fronteira com dez países. Deve, portanto, procurar ter política externa um pouco mais corajosa e ousada, não se subordinar ao neocolonialismo e à anexação comercial que a ALCA pode representar.

Muito obrigado. (*Palmas prolongadas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Ministro Sérgio Silva do Amaral) – Passo a palavra à segunda debatedora, Sra. Lia Valls Pereira.

**A SRA. LIA VALLS PEREIRA** – Boa tarde. Antes de mais nada, agradeço pelo convite que me foi feito.

Tenho uma vantagem em relação aos que falaram antes: não sou governo, portanto, não preciso defender nenhum projeto ALCA, em termos da lógica do governo. Também não estou aqui representando partido político algum. Logo, posso discutir exatamente o que a ALCA representa enquanto estratégia negociadora. E nesse aspecto, concordo com várias pontos mencionados pelo Deputado Aloizio Mercadante, por Sandra Polonia Rios, representante do setor empresarial, pelo Ministro Sérgio Amaral e por Denise Gregory também.

Primeiro ponto: acho que a idéia de se discutir na Câmara dos Deputados a questão da ALCA é fundamental, porque é importante que a sociedade entenda o que é uma negociação comercial, o que se está na realidade negociando na ALCA. Nesse aspecto, como falei, concordo com o Deputado Aloizio Mercadante: não há garantia alguma de que a ALCA vá garantir crescimento para a economia brasileira. A ALCA não vai resolver o problema da nossa vulnerabilidade externa em termos de poupança. Nós temos sério problema de incremento da poupança doméstica, e não há relação imediata entre o comércio e esse tema. Da mesma forma, a ALCA não vai resolver nem vai melhorar a questão da distribuição de renda na economia brasileira. Esse o primeiro ponto.

A partir daí, privilegiando nosso tema, a questão do acesso ao mercado, passo a mencionar que a negociação da ALCA tem dois grandes temas: o acesso

ao mercado e a questão das disciplinas, que serão discutidas depois: investimento, **antidumping**, etc.

Em relação ao acesso ao mercado, temos de ser claros, ainda mais porque há essa idéia de que o debate envolva setores da sociedade.

A primeira questão de fundo a ser debatida é a seguinte: é desejável ou não aumentar ou intensificar o processo de liberalização da economia? A primeira controvérsia que se tem de esclarecer é essa. Do ponto de vista econômico, pode-se justificar uma ou outra. Independente da ALCA, do MERCOSUL, da União Européia, há esse debate. Alguns consideram que o processo de abertura foi rápido demais e que não é o momento de intensificá-lo, outros acham que o processo de liberalização, ao contrário, teria de avançar mais. É preciso ter claro isso.

Segundo ponto: ALCA, MERCOSUL ou União Européia?

Apesar de se dizer que as negociações são comerciais, elas representam acordos políticos. E esses acordos expressam também preferências. É óbvio que é diferente. Num primeiro momento, faz-se preferência pelo âmbito hemisférico, em detrimento da área MERCOSUL/União Européia ou faz-se preferência pela MERCOSUL/União Européia, em detrimento da ALCA. Isso também tem de ficar claro.

Um terceiro ponto — e falo aqui somente como economista. Os economistas sabem que não há estudo comprobatório de que a liberalização não promove necessariamente crescimento econômico. A liberalização tem efeitos profundos sobre a distribuição de renda e setorial de um país. Obviamente, o impacto da ALCA sobre a economia brasileira não é neutro. Embora o argumento da simetria seja muito interessante, não gosto dele. Se pensarmos assim, nossos vizinhos

paraguaios, uruguaios e mesmo os argentinos, poderiam considerar a proposta do MERCOSUL, que tanto defendemos, um horror, porque o impacto para eles é muito grande. Portanto, é preciso atenuarmos esse tipo de argumento.

Em relação à liberalização, o comércio não é neutro, ele realmente causa perdas. O Deputado Marcos Cintra citou estudos preliminares que fizemos sobre os impactos, financiados pelo MIDC. Eles mostram que, na realidade, vários setores perdem — como o de empregos e de produtos —, e outros ganham. É importante que se façam cada vez mais outros estudos. Qual é a resposta? O que está na mesa para ser discutido? Alguns consideram que é melhor a não-liberalização, a manutenção da lógica de proteção. Outros pensam que a liberalização tem alguns efeitos positivos: destrói o **lobby** protecionista; proporciona eficiência para alguns setores. Também não quero que o Brasil tenha uma piora na distribuição de renda e na geração de emprego. Então, sou favorável a que haja políticas de compensação, sim. Há falhas de mercados? Quero que elas sejam corrigidas. Esse debate é complicado, mas precisa ficar claro. Existe uma coisa chamada economia política de proteção. Em geral, quando se fala num congresso que determinado setor vai ser prejudicado, tem-se de discutir verbas orçamentárias ele. Entre discutir verbas orçamentárias ou dar proteção, os Estados Unidos quanto a isso são práticos: muitas vezes, preferem dar proteção. Por quê? Porque a proteção não é transparente. Não há muita clareza de quem está pagando ou não uma tarifa. Esse é o ponto que tinha a abordar em relação ao debate da questão de acesso a mercado. É um debate que vai começar. Antes de sermos a favor ou não da liberalização — meu ponto de vista é mais fácil, porque estou aqui só como economista —, é preciso esclarecermos para a sociedade, na realidade, qual é o

debate. É preciso haver mais liberalização? Sim ou não. Sobre que condições? A liberalização melhora ou não a distribuição de renda? Concordo com o Deputado Aloizio Mercadante: esses temas não estão na mesa de negociação nem vão estar. A ALCA não pretende ser um mercado comum. Não é essa a idéia. Aqueles temas vão ter de estar presentes na agenda de nossas sociedades. Realmente, a articulação da questão da ALCA, do MERCOSUL e da União Européia tem de passar por todos os setores: empresários, sindicatos e Governo. Porque a articulação precisa ser feita nesse balanço do que se quer pagar para se ter benefícios ou custos da ALCA. Fugir da negociação é realmente complicado. Concordo com o que várias pessoas falaram antes. Mesmo para aqueles que desconfiam muito de que a ALCA vá trazer mais custos do que benefícios, é fundamental que se façam com clareza as propostas de negociação. Na hora em que se senta à mesa, as negociações são substantivas. É preciso negociar sobre setores, tarifas, regras de investimento e de origem, tipos de legislação. Por que reclamam tanto da legislação **antidumping** dos Estados Unidos? Grande parte da sociedade nem sabe o que é isso. Quer dizer, é importante para nossa sociedade que esse debate seja mais visível, porque para nós o custo da liberalização é muito maior. Enquanto os americanos têm um **staff** maior e podem dar-se ao luxo de não precisar debater tanto essa questão, o fortalecimento de nossa posição de negociador dependerá certamente de que todos os setores da sociedade, da melhor forma possível, tenham muita clareza sobre o que é essa negociação.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Ministro Sérgio Silva do Amaral) – Agradeço aos debatedores.

Tenho a impressão de que não há mais tempo para perguntas. Se houver alguma, por favor, encaminhem rapidamente à Mesa por escrito. Enquanto aguardamos as perguntas, gostaria de fazer alguns comentários sobre a exposição de alguns debatedores.

Vejo que há uma preocupação muito grande a respeito da disparidade entre situações de países como o Brasil e os Estados Unidos na negociação. Mas eu gostaria de comentar alguns aspectos. Em primeiro lugar, tenho certa dificuldade com os números que dizem respeito à melhoria da pauta da exportação brasileira. Os dados de que disponho pelo menos indicam que a participação dos manufaturados passaram de 15%, nos anos 70, 44%, nos anos 80, para 57% nos anos 90. Embora talvez não atinjam o nível de agregação que gostaríamos, tenho a impressão de que os números mostram a existência de uma participação bem maior.

Tenho também um pouco de dificuldade com a questão da visão de comércio exterior como apenas a exportação. Em anos recentes, tivemos dados importantes sobre o lado positivo da importação, que leva a uma maior competitividade e ao acesso a produtos. É conhecido o caso da indústria de televisões. Houve 10 milhões de vendas em dois anos, em parte, porque o poder aquisitivo da população havia aumentado, e também porque o preço da televisão havia caído pela metade. Por quê? Porque houve concorrência do produto importado. Creio que todos estão de acordo com o fato de que precisamos aumentar o número de acordos bilaterais. Isso está sendo feito e, acredito, deve ser acelerado. Devemos buscar novos mercados e condenar o protecionismo. Mas para vencer o protecionismo, só temos um caminho: sentar à mesa de negociação. Não me parece sensato, como estratégia de política,

que não nos sentemos à mesa de negociação para avaliar se podemos realizar ou não nossos interesses.

Há uma pergunta dirigida ao Deputado Aloizio Mercadante: O que V.Exa. acha da proposta do Ministro Pratini de Moraes?

**O SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE** – Imagino que não seja propriamente a discussão da proposta, talvez seja mais sobre os comentários feitos pelo Ministro recentemente.

Considerarei algumas expressões de S.Exa. grosseiras, descabidas e fora do contexto. Por outro lado, acredito que exista um debate de fundo sobre a questão dos subsídios e do protecionismo dos países ricos na agricultura e dos interesses do Brasil. Esse é um debate que deve ser feito com profundidade.

A tese de que o Governo brasileiro vai colocar na mesa de negociação internacional a erradicação de todas as formas de políticas agrícolas dos países desenvolvidos, eu diria que é no mínimo quixotesca. Não há a menor possibilidade disso ocorrer. Em primeiro lugar, a agricultura tem por natureza uma imprevisibilidade do ponto de vista da safra e das condições climáticas do país. Em segundo lugar, ela é um setor importante para a ocupação demográfica do território, para impedir um êxodo rural que desorganize os grandes centros urbanos e os transforme em grandes favelas, como ocorre na América Latina. Em terceiro lugar, a agricultura é importante para a segurança alimentar, para que o País possa produzir alimentos para seu povo. E as condições dos países são muito diferenciadas. Imaginem o que é produzir alimentos no Afeganistão ou num país como o Brasil, que tem imenso potencial agrícola.

Por essas e outras considerações, a presença do Estado na agricultura faz parte de toda a história econômica e nela vai ficar por muito tempo. Não acredito que as teses, como o neoliberalismo radical na agricultura, possam prosperar.

O que temos de dizer? Temos de dizer que é inaceitável que os países ricos subsidiem as exportações agrícolas, porque é disso que se trata. O fato de a França subsidiar o frango francês para concorrer com o frango brasileiro no Oriente Médio é absolutamente inaceitável. Eles deprimem os preços dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil, prejudicam a nossa pauta de exportações e a de outros países em desenvolvimento. E tem havido abusos. Por exemplo, da renda agrícola do produtor rural americano, 66% é renda do Governo. Se formos contabilizar, ele é um funcionário público disfarçado de produtor rural. O volume de subsídios dos países ricos à agricultura representa um bilhão de dólares por dia. E isso contribui para a queda das **commodities**, muito importantes na nossa pauta de exportação, em setores nos quais somos competitivos.

No entanto, além de estabelecer uma estratégia, temos de reduzir subsídios, protecionismos e as cláusulas de barreira, que impedem as nossas exportações. Isso é fundamental. Por outro lado, temos de olhar para as dificuldades e para a ausência de políticas públicas na agricultura e na economia. Vou citar um exemplo: o Brasil exportará neste ano 1 bilhão e 800 milhões de dólares de calçados e artefatos de couro; há dois anos, exportou 1 bilhão e 200 milhões de dólares. Portugal exportou 2 bilhões e 300 milhões de dólares de artefatos de couro e calçados. Portugal praticamente não tem vaca de corte. Nós temos o maior rebanho do mundo, produzimos metade do couro consumido. Dez por cento de nossa produção vai para a Itália, outra parte, para Portugal. Eles o transformam em

sapatos, bolsas e cintos e os exportam, geram salário, valor agregado, enfim, desenvolvimento econômico. E ficamos contando piada de portugueses.

O mesmo exemplo ocorre na Alemanha com o café. O Brasil precisa gerar valor agregado na cadeia produtiva. Não podemos voltar a ser uma economia primária exportadora. Por isso, a tese de que basta eles reduzirem os subsídios e o protecionismo na agricultura, que iremos liberalizar o resto da economia não nos convence. Queremos uma política seletiva, negociada passo por passo, sabendo quais são os nossos interesses estratégicos. Há vários setores em que seria preciso aumentar as exportações. Somos mais competitivos e podemos aumentar as exportações.

Por isso, um país de vocação multilateral de comércio, como o Brasil, precisa priorizar e avançar nos acordos bilaterais. O Chile tem 92 acordos bilaterais. Com o MERCOSUL fortalecido, poderemos avançar as negociações tanto com os Estados Unidos quanto com a União Européia. O MERCOSUL é um instrumento que nos dá força negocial, se superarmos as dificuldades, que não são poucas neste momento. Portanto, esse é o caminho do processo.

Sr. Ministro, para concluir, gostaria apenas de fazer mais um comentário. Existem alguns temas na negociação da ALCA que não estão sendo discutidos, e são tão relevantes quanto o tema da agricultura. Por exemplo, a questão da cultura. O segundo produto de exportação americano é cultura e entretenimento. Todo o império só cresce difundindo a sua cultura e seus valores, inclusive porque influenciam no comércio externo.

O Brasil já tem flexibilizado algumas áreas de cultura sem nenhuma negociação. A ANATEL, que não tinha poderes para isso, acaba de liberalizar, por

exemplo, a World Space, uma rádio com 140 canais direto de Miami, que transmite programação de rádio para toda a América Latina.

Estamos realizando debate sobre a abertura do setor de meios de comunicação de massa, um dos temas prioritários dos americanos na mesa de negociação. Se somos uma nação, cultura não é comércio. É preciso preservar e fomentar a identidade cultural. Precisamos estar abertos às outras formas de cultura, ter uma perspectiva universalizante, mas também devemos preservar a cultura — o teatro, a música, a dança, os costumes, os valores e as raízes — instrumento fundamental da identidade. E só podemos fazer isso se controlarmos o setor de meios de comunicação de massa. Então, há alguns outros temas extremamente decisivos para o projeto de construção de uma sociedade e de uma nação, os quais devemos igualmente colocar na pauta com ênfase, como sabiamente os países europeus têm feito nas negociações internacionais, tais como o direito de reserva de tela e de preservação da cultura, que, inclusive, geram emprego qualificado.

Como diz Caetano Veloso, “minha pátria é minha língua”. Falamos Português, estamos cercados de espanhóis e com crescente influência do Inglês. Se não cuidarmos desse tema, assim como de outros que estão neste debate, não conseguiremos resgatar uma dimensão fundamental no projeto de sociedade, que é a auto-estima do povo brasileiro, que, evidentemente, não pode continuar só na raquete do Guga — mesmo porque ele acabou de perder três jogos.

Precisamos de um projeto nação e de uma identidade cultural para preservar a nossa auto-estima e perspectiva de desenvolvimento.

Por isso, o Governo precisa de menos frases de efeito e de políticas mais concretas para impulsionar a agricultura, a indústria, a defesa da diplomacia comercial e o desenvolvimento do Brasil.

**O SR. COORDENADOR** (Ministro Sérgio Silva do Amaral) - Agradeço ao Deputado as palavras.

Não havendo mais perguntas, agradeço a todos a participação.

Vejo, com satisfação, que temos alguns pontos em comum, como a necessidade de termos maior valor agregado de nossos produtos e de denunciarmos o protecionismo. Apenas temos de ter cuidado nos passos que iremos dar para remover o protecionismo. Não podemos ir na direção contrária a da história.

Hoje grande número de países, da China à Polônia, da Grécia à Lituânia, buscam negociar a remoção das barreiras e um processo de integração que corresponda aos seus interesses. Outros não estão fazendo isso, não por opção, mas, infelizmente, por irrelevância. Isso ocorre com cinquenta países de menor desenvolvimento relativo e com renda **per capita** inferior a mil dólares. Esses países não recebem investimento e exportam apenas **commodities**. Na África, há países na miséria. De suas exportações, 70% é o café. Eles têm 40% do número de AIDS no mundo.

Portanto, temos de ter muita atenção nos caminhos que vamos percorrer, para não irmos na contramão da história.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**(Fim do terceiro painel.)**